



Experiências educativas em Agroecologia do *Programa Residência Agrária*: quais os caminhos escolhidos pelos sujeitos?

Ivana Leila Carvalho Fernandes¹

Daniel Albiero²

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo³

Diana Mendes Cajado⁴

Renata Paz Candido Chaves⁵

¹ Bolsista do Programa Residência Agrária, do Centro de Ciências Agrárias da UFC.
ivanaleilac@yahoo.com.br

² Coordenador do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa Residência Agrária, do Centro de Ciências Agrárias da UFC. daniel.albiero@gmail.com

³ Coordenadora do Programa Residência Agrária, do Centro de Ciências Agrárias da UFC. gema@ufc.br

⁴ Bolsista do Programa Residência Agrária, do Centro de Ciências Agrárias da UFC.
diana_cajado_pesca@hotmail.com

⁵ Pesquisadora do Programa Residência Agrária, do Centro de Ciências Agrárias da UFC. rprenatapaz@gmail.com

RESUMO

A história do Programa Residência Agrária da Universidade Federal do Ceará (UFC) aponta para uma trajetória de busca e construção de conhecimentos e práticas que potencializem o processo de formação que desenvolve com estudantes das Ciências Agrárias e com jovens assentados das áreas de reforma agrária no Estado. Pensando num modelo de desenvolvimento sustentável para o campo, o PRA propõe, no processo de sua formação, a participação de diferentes sujeitos, o debates sobre temas que problematizam o desenvolvimento rural e a inclusão de metodologias que rompem com o modelo convencional de ensino nas universidades públicas. O objetivo do trabalho é apresentar a construção das experiências educativas em Agroecologia do Programa. Nesse sentido, aborda os caminhos teóricos e metodológicos escolhidos para este fim. Também trata dos princípios e valores que orientam as experiências construídas, considerando que o aprendizado é permanente no âmbito da formação desenvolvida pelo PRA.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do campo; Formação; Metodologias.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar a construção das experiências educativas em Agroecologia desenvolvidas pelo Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade



Federal do Ceará (UFC). Esse programa foi criado no ano de 2004, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), decorrente de demandas de movimentos sociais por formação profissional qualificada para profissionais da assistência técnica que atuassem em áreas de agricultura familiar e reforma agrária.

Essencialmente, o Programa foi “gerado” com o propósito de criar novas estratégias de formação para estudantes e profissionais das Ciências Agrárias para um desempenho crítico e comprometido com as causas do campo. E, por ter sido criado pelo Pronera, um programa que visa uma educação diferenciada para as áreas de reforma agrária, o PRA herdou estas intenções. Primeiro, trabalhou com elas no seu primeiro curso de especialização, criado no ano de 2005, intitulado: Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. Depois, seguiu a formação com estudantes de diferentes cursos de graduação das Ciências Agrárias e continuou com a criação do segundo curso de especialização, no ano de 2012, denominado: Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesse sentido, balizado pelos princípios da educação do campo, o PRA busca construir, no âmbito da UFC, novas possibilidades teórico-metodológicas com vistas à superação do ensino tradicional e das teorias predominantes no campo do saber científico.

Essa construção se faz pelo protagonismo de diferentes sujeitos que integram o processo de formação desenvolvido pelo PRA, tanto daqueles que fazem parte da área das Ciências Agrárias (estudantes e professores) como dos que residem em áreas de reforma agrária, especialmente os jovens assentados.

Através da metodologia Pedagogia da Alternância, estes sujeitos desenvolvem suas atividades de formação articulando saberes da academia e do campo, sobretudo incorporando diferenças significativas que definem os traços das práticas pedagógicas do PRA.

As práticas se *movimentam* em prol da formação dos estudantes das Ciências Agrárias e da melhoria da qualidade de vida das famílias dos assentamentos rurais onde o PRA desenvolve suas pesquisas, tendo em vista conhecer e promover processos de transição agroecológica nessas áreas. As áreas correspondem a quatorze assentamentos rurais, distribuídos em quatro territórios do Estado do Ceará:



- Território da Cidadania Vale do Curu/Aracatiaçu: Assentamento Escalvado e Assentamento Maceió (município de Itapipoca), Nova Canudos (município de Umirim), Molungu (município de Tururu);
- Território da Cidadania Sertão Central: Assentamento Nova Canaã, Assentamento Nova Ladeira, Assentamento São Bento/Nova Amizade, Assentamento Santa Eliza, Assentamento Alegre, Assentamento Recreio (todos no município de Quixeramobim);
- Território da Cidadania dos Sertões de Canindé: Assentamento São Paulo e Assentamento Nova Vida (município de Canindé), Assentamento 25 de Maio (Madalena);
- Território rural do Maciço de Baturité: Assentamento Denir (município de Ocara).

O desafio no desenvolvimento das atividades de formação nessas áreas se faz em (re)significar o sentido da tríade ensino, pesquisa e extensão por via da universidade, tendo em vista a inclusão de novos sujeitos, conteúdos e espaços nesse processo.

O sentido da formação do Programa Residência Agrária

A palavra *formação* tende a ser comumente vinculada, em sentido amplo, aos domínios da cultura, da arte, da educação e da ciência e tecnologia. Além disso, é associada a um conjunto de saberes, valores, práticas e tecnologias educativo-culturais formais ou informais que se estendem para além da educação escolarizada. Desse modo, a formação de um indivíduo, de um profissional, de um grupo, de uma coletividade envolve a educação institucionalizada, sem, no entanto, ser reduzida a esta (COSTA, 2004).

É nessa perspectiva que se desenvolve o processo de formação do PRA no âmbito da UFC, tendo em vista ações educativas norteadas pelos princípios da educação do campo “colados” à Agroecologia. Para tanto, os princípios referidos dizem respeito à diversidade do campo, ao incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento de ações que contribuam para a formação de profissionais que valorizem as especificidades do campo e à valorização da escola do campo (BRASIL, 2010).

Por isso, é bastante favorável a presença da Agroecologia nas experiências do PRA, porque esta compartilha ideias comuns aos princípios da educação do campo.



Nesse contexto, a Agroecologia enquanto ciência fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para promover transformações na realidade agrária com vistas a um modelo de desenvolvimento que considera as pessoas e o meio ambiente como fundamentais nesse processo (ALTIERI, 2012).

No movimento da formação do PRA, essa configuração “toma corpo” na alternância entre os tempos formativos: Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade. Assim, no Tempo-Universidade, o Programa trata de forma interdisciplinar com temas holísticos que representam o universo rural, tais como: educação do campo, Agroecologia, movimentos sociais, questões de gênero, agricultura familiar e reforma agrária.

A abordagem dos temas no universo da graduação ocorre por meio de discussões articuladas nos Grupos de Estudos, Ciclo de Debates, Cine PRA e Oficinas e Capacitações Pedagógicas organizados pelo Programa.

Essas práticas incorporam novos meios de produção de conhecimentos e também outros espaços de aprendizagem, além de sujeitos que somam saberes aos dos professores e estudantes na universidade.

O Grupo de Estudos¹ corresponde a uma atividade criada pelos professores (2011) e posteriormente assumida pelos estudantes que compõe o Grupo do Mestrado no PRA. O objetivo é aprofundar conhecimentos sobre os temas trabalhados pelo Programa e inserir os estudantes da graduação no debate dessas temáticas. O grupo, desde o início de suas atividades, já trabalhou com os seguintes temas: questão agrária; reforma agrária; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater); e agricultura familiar.

Os Grupos de Estudos têm como objetivo relacionar os conhecimentos teóricos apreendidos nas leituras dos textos à realidade vivenciada no Estágio de Vivência; e na apreensão e (re)significação da teoria e metodologia para subsidiar a elaboração de artigos científicos. Também para a construção de espaços alternativos de diálogo com temas pouco tratados nos espaços tradicionais da academia, de maneira a estimular a formação que compreenda a realidade na sua diversidade, pluralidade e desigualdade. As temáticas são trabalhadas de modo coordenado e têm como eixo unificador a própria realidade das áreas de assentamentos rurais, colocando em questão a segmentação entre os diversos campos do conhecimento e a visão compartilhada da realidade (interdisciplinar) [...] (ESMERALDO, SOARES e CAMURÇA, 2012, p. 7).

¹ O grupo de estudos foi articulado para se realizar de forma quinzenal, a proposta é discutir textos sugeridos pelos professores e estudantes (FERNANDES, 2013).



O Ciclo de Debates, criado em 2011, tem por objetivo ampliar o espaço das discussões sobre temas pouco explorados na formação convencional e que estão ligados ao desenvolvimento do campo. Nessa atividade, são convidados a participar professores que trabalham temas afins aos abordados pelo PRA e também os movimentos sociais do campo e representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuam com questões relacionadas à reforma agrária e à agricultura familiar. O Ciclo já debateu, até o momento, sobre: políticas públicas, desenvolvimento rural, Agroecologia e educação do campo (FERNANDES, 2013).

O Cine PRA corresponde a uma atividade criada com o objetivo de divulgar e discutir documentários que promovam um debate reflexivo e crítico sobre temas abordados na formação do PRA junto à comunidade acadêmica. A atividade tem reunido um público diversificado de professores e alunos no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFC. O Cine, desde a sua criação, em 2011, apresentou documentários e filmes que trataram sobre: a pedagogia de Paulo Freire, questão agrária, uso dos agrotóxicos e trabalho escravo no Brasil (*Ibid*).

Arelado a essas atividades, o PRA também promove Oficinas e Capacitações Pedagógicas em espaços externos ao ambiente acadêmico, na intenção de unir teorias e práticas a partir de diálogos construídos de forma participativa entre estudantes, movimentos sociais e assentados da reforma agrária nos assentamentos rurais.

As atividades práticas nos assentamentos propõem metodologias que visam processos de transição agroecológica para essas áreas a partir da construção coletiva de diagnósticos locais.

A natureza dessas ações aponta para os caminhos definidos na construção das experiências educativas em Agroecologia nos assentamentos rurais onde o PRA tem atuação no Ceará.

O PRA não perde de vista que os caminhos escolhidos são íngremes, cercados por sujeitos políticos, institucionais e aparatos ideológicos dominantes, que intencionam outras ações educativas para o desenvolvimento do campo e que, por vezes, propõem o caminho curto para esse propósito, gerando consequências negativas à qualidade de vida das populações que vivem no campo.

Construção de processos educativos agroecológicos no Programa Residência Agrária



O artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96, afirma que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Absorvida essa compreensão, o PRA busca, no desenvolvimento das suas atividades de formação, construir processos educativos agroecológicos que incentivem os estudantes/pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004).

Para tanto, além da metodologia Pedagogia da Alternância, o PRA agregou, a partir do ano de 2008, em seus processos formativos a Metodologia Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários (Madsa).

A análise-diagnóstico das realidades agrárias tem por objetivo principal identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos) que mais condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreender como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura (DUFUMIER, 2007).

Para essa compreensão, os estudantes e jovens assentados que integram o processo de formação do Programa foram habilitados através de Capacitações Pedagógicas com conhecimentos que subsidiaram o entendimento da Madsa e sobre temas que congregam as questões do campo (FERNANDES, 2013).

Assim, parte das Capacitações foi realizada em ambientes de salas de aula/auditórios equipados(as) de recursos audiovisuais e didáticos que potencializaram o desenvolvimento das atividades. Outra parte foi realizada nos assentamentos rurais em parceria com os jovens assentados e contou com o principal recurso de apoio pedagógico: o Diário de Campo, instrumento de pesquisa recomendado pelo Programa como fundamental no processo de formação.

A partir disso, o PRA adotou os passos metodológicos da Madsa na construção dos diagnósticos nos assentamentos rurais onde desenvolve suas pesquisas, sendo eles:

Leitura de paisagem: corresponde à observação das paisagens agrárias [...] e tem como objetivos: verificar se a região é homogênea, identificando e caracterizando as heterogeneidades, caso existam; identificar os diferentes tipos de agricultura existentes; identificar os condicionantes ecológicos dessas atividades agrícolas; levantar hipóteses que expliquem essas heterogeneidades e a formação dessa paisagem (relações entre o homem e o ecossistema); elaborar, quando for o caso, um zoneamento preliminar da região (p. 18).



Entrevistas históricas: através das observações na leitura de paisagem as hipóteses levantadas devem ser verificadas por intermédio de entrevistas históricas com informantes que possam fornecer mais elementos capazes de explicar os fenômenos observados [...] O objetivo dessas entrevistas não é só o de estabelecer uma cronologia dos fatos ecológicos, técnicos e sociais relatados, mas, sobretudo, estabelecer relações de causa e efeito entre esses fatos. Caso o sistema agrário seja composto de espaços que apresentem características ecológicas e sociais diferentes, como ocorre frequentemente, será possível, após essa etapa do diagnóstico, **delimitar zonas relativamente homogêneas e contrastadas do ponto de vista da problemática do desenvolvimento rural** (p. 19-20).

Tipologia de Produtores: [...] apesar da diversidade de condições e de sistemas de produção de uma região, é possível reunir os produtores em categorias e em grupos distintos, dentro dos quais as condições socioeconômicas e as estratégias são semelhantes, mas entre os quais há diferenças significativas. Trata-se da tipologia de produtores e da tipologia de sistemas de produção. Pode-se, em muitos casos, distinguir pelo menos três tipos diferentes de produtores familiares. Em primeiro lugar, os produtores familiares capitalizados, que acumularam algum capital (maquinário e terra) e que dispõem de mais recursos para a produção. Eles percebem uma renda agrícola satisfatória, que os mantém relativamente afastados do risco de descapitalização e de serem excluídos do processo produtivo [...] Podemos também distinguir e agrupar os sistemas de produção, isto é, diferentes modos de combinar os recursos disponíveis para obter diferentes produções. (p. 26).

Itinerário técnico: no estudo do itinerário técnico, o grau de detalhamento depende das necessidades do diagnóstico. O objetivo é destrinchar cada uma das grandes operações realizadas em um subsistema de cultura ou de criação, tendo em vista coletar dados para as etapas posteriores do trabalho (p. 32).

Elaboração do diagnóstico e projetos: o diagnóstico deve, evidentemente, fornecer subsídios para a elaboração de propostas que solucionem os problemas identificados (GARCIA, 1999, p. 55) [grifos nossos].

Cada passo oferece aos professores e estudantes a oportunidade de problematizar a realidade estudada de maneira crítica e reflexiva junto aos assentados que participam dessa construção. Considera-se, nesse processo, a Agroecologia tanto como uma ciência, tanto um conjunto de práticas (ALTIERI, 2012) que se desenvolvem a partir dos conhecimentos e vivências que resultam das experiências construídas entre estudantes e jovens assentados no campo.

A participação dos jovens assentados como sujeitos implica no esforço da construção conjunta do conhecimento. Traz para a prática uma ação nova, que ganha um significado ao ser “iluminada” por teorias das quais o sujeito que atua se apropria (FREIRE, 2006).

Freire (2006) ressalta que é fundamental que a teoria, além da explicação da realidade de mundo dos sujeitos atuantes, busque uma ação transformadora da realidade em que vivem.

O alcance dessas transformações nas ações do Programa ocorrem a partir da análise e avaliação dos diagnósticos construídos e da implementação de experiências



agroecológicas junto às famílias assentadas. Pode ser citada como exemplo a experiência recente realizada no mês de maio de 2013, em que um grupo de estudantes, jovens assentados e a coordenação do Programa desenvolveu, no Assentamento Maceió, rodas de conversa e atividades nos quintais que envolveram questões de gênero e práticas agroecológicas mediadas por agricultores e agricultoras.

Diante disso, as ações que o PRA vem desenvolvendo na UFC e nos assentamentos rurais têm incentivado o grupo a refletir sobre os avanços de suas ações, no sentido de potencializá-las na universidade, no campo, junto aos movimentos sociais e em outros espaços institucionais ou não, ampliando as discussões sobre o tema Agroecologia.

Experiência com a pós-graduação: novos caminhos educativos para potencializar práticas agroecológicas

O PRA teve sua primeira experiência com um curso de especialização realizado entre os anos de 2005 e 2007.

O curso foi criado para ser realizado em duas etapas. Na primeira, estudantes cursando o último semestre da graduação deveriam realizar um Estágio de Vivência em um assentamento rural a partir de um estudo participativo da realidade. Esse estudo resultaria no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e num plano de trabalho para os próximos 2 anos, o que contemplaria as atividades de pesquisa da segunda etapa do Programa: o curso de especialização. Ao final da realização das duas etapas do Programa, os especialistas formados estariam aptos a atuar na realidade das áreas de agricultura familiar e reforma agrária, visando promover o desenvolvimento rural no País (MOLINA, 2009).

O processo de formação do curso foi acompanhado pelos movimentos sociais Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Ceará (Fetraece) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A participação dos movimentos sociais corresponde a uma prática fundamental para proporcionar o conhecimento dos interesses das partes envolvidas, direcionar e desenvolver os princípios norteadores do PRA, garantir a experimentação real de uma experiência participativa e criar respostas do aparelho estatal às mobilizações por direitos (ESMERALDO, 2010).



A presença do Inca favoreceu o debate sobre a reforma agrária e a articulação e decisão pelas áreas de pesquisa em conjunto com os movimentos sociais e a universidade.

A experiência formou 38 especialistas, entre técnicos e egressos das Ciências Agrárias, e foi orientada pela metodologia Pedagogia da Alternância. Os TCCs valorizaram de modo geral temáticas que problematizam a realidade do campo brasileiro, tais como: desenvolvimento rural, convivência com o semiárido, políticas públicas, juventude rural, questões de gênero, Agroecologia, segurança alimentar e aspectos da produção em áreas de reforma agrária e agricultura familiar (FERNANDES, 2013).

É importante ressaltar que esses temas também foram trabalhados nas monografias geradas pelos estudantes da graduação que se formaram no período do final do ano de 2007 a 2012, momento em que a formação estava sendo desenvolvida através de Estágios de Vivência e não contou com a realização de outro curso de especialização.

No final do ano de 2012 o PRA aprovou seu segundo curso de especialização através da chamada pública CNPq/MDA/Inca nº 26/2012. O curso foi intitulado *Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável* e tem por objetivo qualificar profissionais para compreender criticamente a realidade do campo e contribuir para a sua transformação em direção ao desenvolvimento rural sustentável, visando à melhoria da qualidade de vida com base nos princípios da Agroecologia no âmbito das áreas de agricultura familiar e reforma agrária.

O segundo curso do PRA também contará com a participação dos movimentos sociais MST e Fetraece e do Inca na construção e acompanhamento das atividades de formação.

A proposta pedagógica do curso está alicerçada em três bases que privilegiam a educação do campo: os sujeitos sociais do campo a partir de uma cultura de direitos, a extensão rural em bases agroecológicas e os conhecimentos técnicos que devem produzir ou compartilhar tecnologias sociais apropriadas às condições do semiárido.

O curso tratará a formação de profissionais do campo através de Temas Geradores e Módulos de Aprendizagem que considerem a realidade do Estado do Ceará e os interesses de seus sujeitos.



Baseia-se, portanto, na realidade vivenciada e num modelo de sociedade defendida pelos povos do campo, que lhes interesse e afirme sua cultura e modos de vida. Que considere as experiências em processo de vivência. Que tenha compromisso com a construção de um conhecimento que valorize a vida dos povos do campo. Que reconheça a necessidade de formação de profissionais comprometidos com um novo modelo de sociedade em bases igualitárias, de justiça, inovadoras e de afirmação de uma cultura de direitos para todos.

Nesses moldes, o PRA vem permanentemente se construindo e acreditando nas transformações que pode realizar através da formação que desenvolve. Os avanços intencionam sempre desenvolver uma visão crítica nos estudantes sobre os princípios da educação do campo e da Agroecologia, gerando novas ações de Ater/Ates para áreas de agricultura familiar e reforma agrária, que contribuirão para o desenvolvimento rural sustentável.

Considerações finais

A experiência construída pelo PRA ao longo de 9 anos na UFC foi revelando as possibilidades de problematizar e construir no âmbito de universidades públicas novas formas de ensinar e aprender.

As práticas desenvolvidas por via da Pedagogia da Alternância e da Madsa permitem enxergar que existe educação em outros espaços que não sejam aqueles pertencentes ao ensino tradicional e que, nesses espaços, se aprende e apreende conhecimentos/saberes necessários à formação humana e profissional.

A articulação entre sujeitos, conteúdos e métodos contribui para a abertura de novos caminhos na construção de ações educativas com base nos princípios agroecológicos.

Em relação a isso, nós continuamos no processo, aprendendo que é possível buscar novos meios, novas práticas e novos espaços para ampliar as discussões e experimentações de atividades educativas orientadas pelos princípios da Agroecologia.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão Popular: São Paulo, Rio de Janeiro, AS-PTA, 2012.



BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm> Acesso em: 10 fev. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/Dater-Iica, 2004.

COSTA, S. S. G. Três proposições sobre formação e invenção. In: OLINDA, E. M. B. **Formação humana: liberdade e historicidade.** Fortaleza: UFC, 2004.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas.** Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: Eufba, 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L. E. Avanços e tensões na construção da institucionalidade do Programa Residência Agrária. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

ESMERALDO, G. G. S. L. E.; SOARES, D. G.; CAMURÇA, A. M. Programa Residência Agrária: uma nova proposta pedagógica na formação de estudantes das Ciências Agrárias/UFC. **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais.** UFPA, Belém, Jun. 2012.

FERNANDES, I, L, C. **Educação do Campo para as Ciências Agrárias: avaliação do Programa Residência Agrária-Ceará.** Fortaleza: UFC, 2013 [Dissertação do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas].

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários.** Projeto de Cooperação Técnica Ingra/FAO. Ministério Extraordinário de Política Fundiária (Mepf), 1999.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária.** Brasília: MDA, 2009.